

Constituinte mantém conceito de empresa nacional

BRASÍLIA — A Constituinte manteve ontem a definição de empresa brasileira de capital nacional na nova Carta, contrariando as multinacionais, que desejavam suprimir o dispositivo do texto. Emenda do senador Roberto Campos (PDS-MS), que pretendia derrubar a definição, foi recusada pelo plenário, recebendo 193 votos contra, 126 a favor e quatro abstenções.

A definição de empresa brasileira de capital nacional é indispensável para delimitar os empreendimentos aptos a receberem incentivos e auxílios oficiais — ou até mesmo serem protegidos pela reserva de mercado. O caput do artigo caracteriza a empresa nacional como aquela em que o controle acionário e o poder decisório estejam em mãos de pessoas residentes no país.

Pelo texto, é considerada empresa brasileira de capital nacional, por exemplo, as Casas Pernambucanas, com 100% do controle em mãos de brasileiros. Assim como a Mineração Rio do Norte, que explora bauxita no Pará com 56% de capital nacional (Vale do Rio doce e Votorantim) e 34% de ações pertencentes a um pool de empresas estrangeiras capitaneadas pela canadense Alcan. Aos demais empreendimentos constituídos sob as leis nacionais e com sede no país, mas cujo controle decisório não está nas mãos de brasileiros, a nova Constituição reserva a classificação genérica de "empresa brasileira".

Protesto — O senador Roberto Campos (PDS-MT) protestou da tribuna contra a exigência do "controle decisório" pertencer a sócio brasileiro para que uma empresa seja considerada "de capital nacional".

Definição de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional: Art. 177 — são consideradas: 1 — Empresa brasileira constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país;



Ulysses é cercado por Severo (E), Dornelles e Albano

nal". Campos argumentou que o sócio minoritário — caso da Alcan na empresa Mineração Rio do Norte — ficará na condição de "refém" do acionista majoritário, ao ser destituído de qualquer poder de influência sobre a administração da empresa. Para o senador, a definição intimidará os investimentos que poderiam entrar no país para constituir *joint ventures* (empresas de capital associado em que o investimento nacional é predominante).

No detalhamento do artigo, ficou ainda assegurado a possibilidade do país fazer leis para conceder proteção ou benefícios temporários a empresas nacionais que atuem em setores estratégicos à defesa e ao desenvolvimento nacional. Este dispositivo torna constitucional a lei de reserva de mercado para a informática.

Como fica o artigo na Carta

II — Empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no país ou de

Outra matéria aprovada permite ao governo restringir a conceituação de empresa nacional nos setores considerados imprescindíveis ao desenvolvimento tecnológico do país. Nestes casos, a lei poderá exigir não só um percentual mínimo de capital nacional, superior a 51%, como determinar que o sócio nacional tenha o poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia. Para o deputado e ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles (PFL-RJ), tais dispositivos são irrelevantes, já que o governo sempre pode legislar neste sentido.

A Constituinte definiu ainda que o governo não poderá criar novas empresas estatais sem a autorização do Congresso. Também ficou decidido que as empresas públicas deverão obedecer ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, e estarão proibidas de gozar de subsídios e incentivos específicos.

entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

Interesse une esquerda e empresário

Dora Tavares

BRASÍLIA — Uma nova aliança, envolvendo a esquerda e o empresariado urbano, está se formando na Constituinte. Dois deputados — o banqueiro Ronaldo César Coelho (PSDB-RJ) e o ex-líder estudantil Vladimir Palmeira (PT-RJ) — estão conduzindo um acordo para, do lado da esquerda, derrotar a UDR na reforma agrária, e do lado do empresariado, principalmente o ligado ao capital estrangeiro, eliminar privilégios à empresa nacional.

Depois de perder praticamente todas as suas propostas na Constituinte, as multinacionais decidiram agora na reta final concentrar esforços na eliminação da preferência da empresa nacional na venda de bens e serviços ao Estado. O texto aprovado no primeiro turno diz que "na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial a empresa de capital nacional. Um grupo, capitaneado pelo presidente da Siemens, Hermann H. Weher, representando 68 empresas ligadas à Federação das Indústrias de São Paulo, está muito ativo na discussão desse ponto.

Lobistas — "Nós não somos contra a reserva de mercado para determinados setores, mas não podemos aceitar uma reserva que inclua a todos e discrimina, por exemplo uma empresa como a Siemens, que está no Brasil há mais de 80 anos", diz Hermann Weher, que reconhece a derrota fragorosa do empresariado na Constituinte, admite erros — como o dos empresários terem ficado ausentes do Congresso — e afirma sem graça: "Estamos aprendendo agora".

O presidente da Siemens nega que seu grupo de lobistas esteja propondo aos parlamentares ajuda na reforma agrária em troca dos votos para derrubar a preferência nas compras do governo, mas os deputados Vladimir Palmeira e Ronaldo César Coelho confirmam que o acordo é exatamente este. Estão em jogo ainda questões como a abertura da pesquisa na mineração para as empresas estrangeiras e o fim da proibição dos contratos de risco. Em contrapartida, os parlamentares ligados ao empresariado urbano daria votos suficientes para retirar a terra produtiva daquele grupo protegido contra a desapropriação para a reforma agrária.

Multinacionais — Jarbas Passarinho, presidente do PDS e seu companheiro de partido, Delfim Neto, já foram procurados e aceitaram com simpatia a proposta. Delfim disse a Ronaldo que não tinha problemas em entrar no acordo, pois na eleição recusou o apoio da UDR. "Nunca me dei bem com eles", disse. Roberto Freire, líder do PCB, também admite estudar as razões das empresas de capital estrangeiro. Discretamente, os lobistas da Siemens atuam no Congresso. Paulo Hatheyer, um deles, já esteve com Vladimir Palmeira, e outro, Luis Bizaggio, da Seguradora Generali, com sede no Vaticano, está de conversa marcada com Plínio de Arruda Sampaio, do PT paulista.



Fazendeiros foram os únicos a torcer pelas emendas

Só UDR tem acesso às galerias

Jorge Arbage não deixa trabalhador assistir votação

BRASÍLIA — Na sessão de ontem, apenas os integrantes da UDR tiveram acesso às galerias do plenário. Por problemas técnicos, não foi possível a distribuição de senhas para os constituintes e o ingresso nas galerias foi determinado pessoalmente pelo *corregedor* da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA). Dezenas de trabalhadores rurais não conseguiram sequer alcançar os corredores do Congresso, sendo barrados por seguranças e polícias militares.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) alertou o presidente Ulysses Guimarães para que estava ocorrendo, pedindo para

que hoje seja assegurado o ingresso dos trabalhadores nas galerias. Ulysses disse que será rígido no cumprimento do regimento, nos termos apontados pelo deputado petista. Irritado, o deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), ligado à UDR, protestou contra a decisão de Ulysses, afirmando que os trabalhadores ocuparam as galerias quando estavam sendo votados os seus direitos e que ninguém tinha ido ao microfone para reclamar.

O deputado Juarez Antunes (PDT-RJ) se solidarizou com a questão de ordem de Paulo Delgado, reforçando apelo ao presidente Ulysses Guimarães em favor dos trabalhadores. "A galeria está cheia de engratadinhos e nutridinhos da UDR enquanto os sem terra estão lá fora sob forte sol", afirmou Juarez que imediatamente recebeu uma vaia da galeria que lhe mostrou faixas dizendo "deixe-nos em paz, produzir é preciso".

Lourenço acusa empreiteiros e adia votação de título da Ordem Econômica

Inácio Muzzi

BRASÍLIA — "Esta é uma emenda de empreiteiros. Eles passaram a semana inteira no meu gabinete oferecendo dinheiro. E este aqui sabe disto", acusou o deputado José Lourenço (PFL-BA), apontando para seu companheiro de bancada Genebaldo Correia (PMDB-BA). Eram 12h e a votação do título da Ordem Econômica avançava rumo ao dispositivo que procura assegurar à empresa brasileira de capital nacional o tratamento preferencial no fornecimento de bens e serviços ao poder público.

Em torno de José Lourenço reuniam-se cerca de dez parlamentares de diversos partidos, na expectativa de que o líder do PFL sinalizasse com uma possibilidade de acordo, para que o dispositivo entrasse em votação. Lourenço, porém, manteve-se irredutível, ameaçou retirar o PFL do plenário, para negar quórum à sessão, e por fim conseguiu adiar a apreciação do artigo por 24 horas, dando tempo a novos entendimentos.

Impasse — O direito de preferência da empresa nacional nos fornecimentos ao governo gerou o único impasse das negociações desenvolvidas pelas lideranças no início da manhã. A proposta original do PMDB era pela adoção de

uma emenda do senador Severo Gomes (PMDB-SP), que fixava o princípio da preferência e remetia sua regulamentação para a lei ordinária. A liderança do PFL, no entanto, contrapôs sugerindo duas alternativas: ou a supressão plena do dispositivo, através de emenda do deputado Ronaldo César Coelho (PSDB-RJ), ou a eliminação do termo "de capital nacional", proposta pelo deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). O líder do PMDB, Nelson Jobim, porém, recusou a sugestão, estabelecendo-se o impasse.

"Este é um tema muito emocional, porque mexe com o lobby das empreiteiras, que é muito útil no financiamento de campanhas eleitorais", admitiu o deputado Ronaldo César, quase fazendo coro com a ira de José Lourenço. Genebaldo Correia, acusado por Lourenço de amparar os interesses das empreiteiras, deixou a roda de parlamentares sem responder à insinuação. Enquanto isso, na tribuna de honra do plenário um grupo de assessores dessas empresas preparava-se para informar às suas diretorias sobre a decisão da Constituinte de negociar o tema por mais 24 horas.

Ronaldo César, que hoje subirá à tribuna para defender a supressão do dispositivo, argumenta que a medida só

servirá para criar uma reserva de mercado, "muito útil a espertalhões que, diante do mercado assegurado, investirão simplesmente na montagem de componentes importados".

O parlamentar lamentou que o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), tenha induzido a Assembleia a votar o dispositivo no primeiro turno, sob o argumento de que ele era a cópia fiel do *Buy American Act* — a lei que regula as compras do governo americano. Ronaldo César obteve uma cópia da legislação, em que fica claro que a preferência pela compra do produto nacional dos Estados Unidos pode ser quebrada pelo administrador público, caso se convença de que a decisão atende a interesses estratégicos do país. O deputado defende que o mesmo modelo seja adotado no Brasil.

Ontem à tarde, os líderes continuaram negociando o tema, com a liderança do PMDB sustentando uma nova proposta: a de que a aplicação do dispositivo só ocorresse nos casos previstos em lei. Para o senador Severo Gomes, essa ressalva asseguraria a aplicação da medida apenas em situações específicas. O deputado José Lins (PFL-CE), encarregado de negociar o tema pelo *Centrão*, ficou de consultar seus liderados sobre a proposta.

Nordeste foi a região que mais se beneficiou

Franklin Martins

BRASÍLIA — Os parlamentares nordestinos estão eufóricos com as vitórias até agora obtidas pela região de onde vêm na Constituinte. "Para o Nordeste, esta é a melhor Constituição já feita no Brasil", afirma o deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL), um dos principais inspiadores do movimento que uniu 292 deputados e senadores eleitos pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em defesa das reivindicações dos estados menos desenvolvidos.

"As constituições anteriores reservaram ao Nordeste apenas boas intenções. Esta deu também instrumentos e recursos. Num prazo de cinco a dez anos, começaremos a sentir os resultados palpáveis dessas mudanças", acrescenta Albérico.

Entre as principais conquistas da região estão a reforma tributária, que aumentou a participação dos estados e municípios no bolo tributário; a regionalização dos orçamentos fiscal e das estatais, pelo critério de população; o fortalecimento do Banco do Nordeste, a criação do Fundo Regional e a destinação de metade dos recursos aplicados pelo governo em irrigação para o semi-árido nordestino.

Centralização — "Tudo isso vai viabilizar o Nordeste", comemora o deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE). Como tantos outros parlamentares nordestinos, ele aponta a excessiva centralização administrativa e política do país, nas últimas décadas, como um dos fatores que mais prejudicaram as áreas mais pobres do país. "Mesmo com Sarney, que é do Maranhão, na presidência,

esse quadro não se alterou muito", diz, lembrando que o Rio Grande do Sul, sozinho, tem uma agricultura irrigada maior do que a dos nove estados do Nordeste.

"Quanto maior a centralização, pior para o Nordeste", diz Albérico, completando: "A tecnoburocracia que se aliou aos militares foi toda criada no Sul e, é claro, trabalhou em favor do Sul".

Por isso, desde o início do movimento Norte/Nordeste/Centro-Oeste, seus integrantes colocaram dois princípios acima de diferenças partidárias ou ideológicas: fortalecimento do Poder Legislativo, com a manutenção da atual base de representação na Câmara dos Deputados, que favorece as regiões mais pobres; e intervenção do Estado na economia, através do planejamento, para corrigir as distorções regionais provocadas pelo acúmulo de capitais no Sul e Sudeste.

Além dos dispositivos que levarão mais recursos para o Nordeste, entraram a restrição à transferência de poupança das regiões mais pobres para as mais ricas; a regionalização do Plano Plurianual do Orçamento da União; a fixação de alíquotas máximas e mínimas do ICM pelo Senado (onde os estados pobres são maioria); a abertura de novos incentivos fiscais; e a criação das regiões de desenvolvimento.

"Ganhamos quase tudo", registra Albérico. Na verdade, os nordestinos só perderam duas batalhas. A primeira foi na emenda que aumentou a representação de São Paulo na Câmara, de 60 para 80 deputados. Acabou havendo acordo e, a partir das próximas eleições, os paulistas terão mais 10 cadeiras.

Por que o Nordeste sai ganhando

Reforma tributária — Estados e municípios terão cotas maiores no Fundo de Participação, formado pelo dinheiro arrecadado com o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto de Renda. As cotas passaram de 14% (estados) e 17% (municípios) para 21,5% e 22,5%.

Fundo regional — Receberá 3% do Fundo de Participação, para o desenvolvimento de projetos prioritários no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Nordeste ficou com 60% desse dinheiro novo.

Orçamento — No prazo de dez anos, os orçamentos da União e das estatais deverão ser regionalizados, tomando como base a população. Com isso, a participação do Nordeste nos orçamentos vai pular de 12% para 32%.

Banco do Nordeste — Todos os recursos de programas na região terão de ser aplicados no Banco do Nordeste, que poderá também ter acesso a todos os segmentos do mercado financeiro. Até recentemente, por exemplo, o banco não tinha autorização para operar com caderneta de poupança e mesa de *open*.

Irrigação — Passa a ser prioritária, nos próximos 15 anos, a irrigação de regiões sujeitas a secas periódicas. O Nordeste conseguiu que ficasse estabelecido que metade dos recursos aplicados pela União nessa atividade serão destinados ao Agreste e ao Sertão.